



Mulheres que se conjugam com o rio Jaguaribe: comer para cuidar de corpos, relações e da luta das pescadoras, Ceará

*Women who combine with the Jaguaribe river: eating to take care of bodies,
relationships and the fight of fisherwomen, Ceará*

Ana Luisa Nobre



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/aa/13994>

DOI: 10.4000/14g1e

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Refêrencia eletrónica

Ana Luisa Nobre, «Mulheres que se conjugam com o rio Jaguaribe: comer para cuidar de corpos, relações e da luta das pescadoras, Ceará», *Anuário Antropológico* [Online], v.50 | 2025, posto online no dia 25 julho 2025, consultado o 22 novembro 2025. URL: <http://journals.openedition.org/aa/13994> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/14g1e>



The text only may be used under licence CC BY 4.0. All other elements (illustrations, imported files) may be subject to specific use terms.



Mulheres que se conjugam com o rio Jaguaribe: comer para cuidar de corpos, relações e da luta das pescadoras, Ceará

*Women who combine with the Jaguaribe river: eating to take care of
bodies, relationships and the fight of fisherwomen, Ceará*

Ana Luísa Nobre



Edição eletrônica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/13994>

DOI: 10.400/14g1e

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Referência eletrônica

Ana Luísa Nobre, «Mulheres que se conjugam com o rio Jaguaribe: comer para cuidar de corpos, relações e da luta das pescadoras, Ceará», *Anuário Antropológico* [Online], v.50 | 2025, e-14g1e. URL: <http://journals.openedition.org/aa/13994> ; DOI: <https://doi.org/10.400/14g1e>



Atribuição 4.0 Internacional



Mulheres que se conjugam com o rio Jaguaribe: comer para cuidar de corpos, relações e da luta das pescadoras, Ceará

Women who combine with the Jaguaribe river: eating to take care of bodies, relationships and the fight of fisherwomen, Ceará

DOI: <https://doi.org/10.400/13994>

Ana Luísa Nobre

Pesquisadora independente, Fortaleza, Ceará

ORCID: 0000-0002-7428-0901

Neste artigo pretendo olhar para as ações políticas das pescadoras do rio Jaguaribe em que o *comer com* tem relevo na construção de corpos e relações, íntimas ou públicas, no âmbito de espaços relacionados ao doméstico. Ainda, busco compreender como essa ação de cuidado adentra os espaços da militância onde elas constroem suas formas de defesa do território corpo-terra e águas. Destaco, assim, a ação das mulheres como política, explicitando a centralidade do seu agenciamento na criação da vida que se faz também com não-humanos. Talvez, assim, possamos articular um debate sobre governo da terra empreendido pelas pescadoras contemplando as águas e o corpo, ambos como parte fundamental da questão fundiária.

Comensalidade, mulheres, política, território, rio Jaguaribe

In this article, I intend to examine the political actions of fisherwomen from the Jaguaribe River, in which eating is relevant to the construction of bodies and relationships, whether intimate or public, within spaces related to the domestic. I also seek to understand how this act of care enters the spaces of activism where they construct their forms of defense of the body-land and water territory. I thus highlight the action of women as politicians, making explicit the centrality of their agency in the creation of life that is also made with non-humans. Perhaps, in this way, we can articulate a debate on land governance undertaken by fisherwomen, contemplating waters and the body, both as a fundamental part of the land issue.

Commensality, women, politics, territory, Jaguaribe river



Introdução

“Foi um rio que passou em minha vida e o meu coração se deixou levar”

Saudando os rios a partir de um exercício de escuta do que as águas comunicam, Krenak (2022) nos fala do rio enquanto corpo de existência milenar. Corpo que tem sustentado em todo canto a formação de assentamentos humanos e que tem sido lanhado pelos danos sistemáticos promovidos pela mineração, garimpo, poluição e sua transformação em potencial energético. Prestando atenção nas águas ancestrais, em suas jornadas até o mar que se iniciam na infância de um fio e na sua capacidade de mudar de rumos, formas e de se regenerar lentamente num futuro imaginado, Krenak traz seu povo como uma das vidas que se veem implicadas de tal maneira com o rio que oportunizam a conjugação de um “nós” junto a ele, rompendo as barreiras da antropomorfia. Rio: avô, que fala, sustenta, gera gratidão, pertença e mobiliza a sua defesa.

No auge da pandemia de 2020, eu me soube novamente no rio Jaguaribe, um antigo conhecido. O rio Jaguaribe é o maior do estado, atravessando mais da metade do território cearense em um curso de 633 km (Costa *et al.* 2020, 960), cuja foz se encontra na divisa entre os municípios de Aracati e Fortim. Com oitenta reservatórios, três transposições e cem anos de obras de combate à seca (Brito 2023, 23), o rio Jaguaribe vem vivendo radicais transformações para dar conta de diversos projetos e fins. Entre eles, destacam-se: a ampliação da fronteira do agronegócio, por meio de políticas de irrigação que deixam o passivo dos agrotóxicos (Rigotto *et al.* 2013, 763–73) e aprofundam a injustiça hídrica e fundiária; sua utilização como solução hídrica para a capital; o suporte à atividade do Complexo Industrial e Portuário do Pecém; e a mineração de areia.

Já nos seus 40 km finais, onde o rio alimenta o ecossistema manguezal, ele tem suportado a promoção da carcinicultura (criação extensiva de camarão em cativeiro), o turismo de massa, a apropriação das águas pela Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE) e o rebaixamento de seus aquíferos devido aos danos da indústria de energia eólica continental (Nascimento 2014, Faustino *et al.* 2023, Gorayeb *et al.* 2019, Paim e Furtado 2024).

O rio se vê, hoje, diante da ameaça de dois empreendimentos eólicos *offshore* (Silva 2024) encampados sob o argumento da transição energética¹, enquanto, contraditoriamente, vê a expansão da indústria do petróleo do pré-sal na Bacia Potiguar querer se instalar nas mesmas águas². “Dentro do mar tem rio” – então todos os projetos oceânicos da região lhe dizem respeito, pela coexistência das águas marinhas e fluviais, como comprovou o derramamento de petróleo em 2019, que penetrou violentamente o corpo do rio³.

Teve um tempo, para mim, de começar a ouvir esse rio. Foi atuando na foz do rio, de 2020 a 2024⁴, a partir de dois “eventos críticos” (Das 1995) – o derramamento citado e a pandemia – que pude conhecê-lo inserido no que Cabnal (2015) chama de “reciprocidade da teia da vida”, a partir da vivência das mulheres pescadoras

1 Segundo Silva (2024), Aracati e Fortim estão sob ameaça dos parques eólicos “Ventos dos Bandeirantes”, projeto de média distância (entre 11 e 40 km da costa) e “Mar de Minas 1” é um projeto de curta distância, até 10 km da costa.

2 “A Petrobras descobriu uma acumulação de petróleo em águas ultraprofundas da Bacia Potiguar, no poço exploratório Anhangá, situado próximo à fronteira entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte” (Agência Petrobrás 2024).

3 O derramamento do petróleo bruto que atingiu a costa brasileira em agosto de 2019 é considerado um dos mais extensos desastres ambientais do país, impactando cerca de 3.600 km de litoral, mais 980 praias, com mais de 5.00 toneladas de petróleo retirados do ambiente marinho-costeiro. Segundo Gomes (2023, pp. 79), antes do derramamento do petróleo “a captura de sururu no Rio Jaguaribe chegava a cerca de 10 a 15kg por dia de trabalho”. Após, as pescadoras passaram a pescar entre 1kg e 2kg por dia”.

4 Quando fui assessora do Instituto Terramar, uma organização socioambientalista que atua há 32 anos na zona costeira do Ceará.



de três comunidades pesqueiras nos municípios de Aracati e Fortim, sendo uma delas também quilombola. Sou cientista social e antropóloga, educadora popular e feminista, e meu trabalho, nos últimos anos, foi acompanhar comunidades pesqueiras na luta por direitos em contextos de conflitos socioambientais e fundiários da zona costeira do Ceará. Assim, acompanhei as comunidades do Jardim (localizada no município de Fortim, na margem esquerda do rio Jaguaribe, a 140 km de Fortaleza), o quilombo do Cumbe e a comunidade de Canavieira (no município do Aracati, ambas na margem direita do rio Jaguaribe, a 160 km de Fortaleza). Ainda, acompanhei uma rede de mulheres pescadoras em formação na foz do rio Jaguaribe. São dos materiais gerados nessas agendas com elas que retiro as falas e experiências que apresentarei.

A luta das pescadoras por justiça e reparação ambiental frente ao derramamento de petróleo em 2019 colocou na ordem do dia a necessidade de quantificação e qualificação dos impactos socioambientais enquanto buscavam promover a categoria “afetadas”. Ao mesmo tempo, esteve transversalizada uma compreensão muito profunda que levava a olhar o rio não apenas como um recurso “natural” a servir à humanidade e sustentar sua economia. Quando eu estava operando em uma lógica muito marcada pela gramática do “dano”, perguntei a elas o que mais de impacto poderíamos registrar, além dos relativos à saúde mental e física, sobre a renda, o constrangimento de ter o marisco e o pescado rejeitado nas feiras. Na ocasião, uma delas me respondeu: “Ana, eu vejo assim, no que tu trouxe, a renda, tem tudo isso. Mas, assim, tem em si, o próprio rio”⁵.

Essa provocação de operar um “giro ecoterritorial” (Svampa 2019) vem impelindo a entender o rio como promotor de uma teia de várias relações, inclusive com as vidas das mulheres e seus corpos, junto a quem conjugam suas existências de modo não hierarquizante e recíproco. Frente a eventos críticos, as pescadoras, apesar de atuarem como reconstrutoras do cotidiano, não puderam usufruir do “trabalho do tempo” para reabitar o mundo (Das 1995) após o que a sociedade civil em luta convencionou chamar de tragédia-crime do petróleo. A pandemia promoveu uma imensa sobrecarga de trabalhos domésticos e de cuidado com a família e comunidade em função do agravamento de saúde, do avanço dos projetos de desenvolvimento e da negação de direitos (Furtado e Andriolli 2021), além do aumento das ameaças à vida em função de sua militância⁶. Por fim, os dois últimos anos vieram com eventos climáticos extremos com a cheia intensa na quadra chuvosa⁷, que matou os mariscos por meses.

Essa conjuntura gerou adoecimento mental (Gomes 2023) e a necessidade de estarem ainda mais atuantes. Na formação de suas agendas de militância, chamou-me atenção uma ação constantemente reivindicada para compor as programações: comer juntas. Aqui, pretendo olhar para as ações políticas das pescadoras do rio Jaguaribe em que o ato de *comer com* tem relevo na construção de corpos e relações, íntimas ou públicas, no âmbito de espaços relacionados ao doméstico. Ainda, busco compreender como essa ação de cuidado adentra os espaços da militância onde elas constroem suas formas de defesa do “território corpo-terra” e águas. Destaco, assim, a ação das mulheres como política, explicitando a cen-

5 Fala de pescadora-quilombola durante oficina promovida pelo Instituto Terramar em parceria com a Fiocruz/CE como parte da pesquisa que monitorou as águas, sedimentos e sururu por dois anos após o derramamento de petróleo.

6 Duas pescadoras são protegidas, inseridas no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PEPDDH).

7 A quadra chuvosa no Ceará corresponde ao período do inverno, que abarca os meses de fevereiro a maio.



tralidade do seu agenciamento na criação da vida que se faz também com não-humanos. Talvez, assim, possamos articular um debate sobre governo da terra empreendido pelas pescadoras contemplando as águas e o corpo, ambos como parte fundamental da questão fundiária.

Unidas pelas águas

Era maio de 2022. Fim da quadra chuvosa. Eu estava, junto às minhas companheiras do Terramar, apoiando uma agenda chamada “1º Intercâmbio das Marisqueiras do Jaguaribe”, promovida pelas associações do Quilombo do Cumbe, de Canavieira e do Jardim, que reunia cerca de 40 pescadoras e alguns de seus parentes na Ilha do Mosquito, que fica no território quilombola do Cumbe, em pleno manguezal na foz do rio Jaguaribe. Tijolo, carvão, isqueiro e grade. Logo, as mulheres do Cumbe e Canavieira, que chegaram primeiro, acenderam um dos muitos fogos que esquentaria as tantas comidas que circulariam naquele fim de manhã: para torrar a tainha que vinha fresca, para esquentar o búzio ensopado no leite de coco, para fazer o refogado de sururu que vinha congelado, para esquentar o feijão de corda com caldo e cheiro verde. Quando menos se esperava uma vasilha com farinha, siri, tempero, limão, rapadura, melancia e muitas frutas.

No meio desse rebuliço de revelação de comidas que ia se juntando na ilha – algumas para mim novas –, aparecia um ou outro parente das mulheres que eu não conhecia, em especial um filho, um sobrinho, uma neta; em suma, parentes que elas cuidavam no dia a dia. Tanto porque eles precisavam acompanhar suas cuidadoras naquela agenda como modo de garantir sua participação no encontro quanto porque, dessa vez, o encontro mediado pela comida puxou esses parentes cuidados para *comer com* elas em um grande almoço.

Durante os encontros prévios de construção do Intercâmbio, houve uma decisão das mulheres por uma relativa restrição à presença dos maridos, apesar de ser um encontro de recorte mais familiar, pelo reconhecimento da importância de cultivar um espaço próprio. Essa, na verdade, é uma reflexão antiga da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), que compõe o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), onde grande parte dessas mulheres milita e se articula sob a identidade de “pescadoras artesanais”: a importância de espaços propriamente de mulheres, além dos espaços mistos. Essas mulheres assumem uma dupla identidade: a de pescadoras, uma identidade construída no âmbito desses movimentos, pela invisibilidade quanto ao seu ofício comumente considerado como “ajuda” (Martínez e Hellebrandt 2019), inclusive entre seus pares pescadores; e de marisqueiras, uma identidade territorial, como as mães delas se denominaram e como dizem no dia a dia, explicitando a relação delas com outras vidas às quais estão entrelaçadas: os mariscos. Ainda, as mulheres do Quilombo do Cumbe se reconhecem como quilombolas-pescadoras e se remetem novamente a essa profunda conexão entre “território corpo-terra” (Cabnal 2010), por meio da lama do mangue a que costumam ser associadas por alguns significativos olhares externos para lhes atribuir aspectos negativos informados pelo



racismo, mas reapropriada por elas a partir da sua capacidade de produzir vida, como veremos mais adiante.

Nesse movimento de acender fogos, conhecer novas comidas e inéditos parentes, chegaram as mulheres da comunidade do Jardim, que fica do outro lado do rio. Vinham, diferentemente das mulheres do Cumbe e da Canavieira que acesam a ilha a pé, em duas embarcações. Elas, os filhos, as panelas, as vasilhas e as comidas, embarcados todos. Quando chegaram, mais fogos foram acesos para as comidas desembarcadas. Enquanto algumas pessoas aproveitavam para tomar banho de rio, houve uma breve cata de ostra ali no entorno da própria ilha. Depois, cada pessoa alcançou os apetrechos para comer, que trouxe de casa ou que arrumou por ali – a saber: pratos, vasilhas, colheres.

As pescadoras, antes de liberarem o almoço, fizeram uma roda a fim de dar uma palavra sobre o sentido daquele encontro, que era tão diferente das outras agendas que participei com elas – focadas mais no debate de temas, análises de conjuntura, plenárias para decisões políticas, formações, mesas, audiências públicas e judiciais, e reuniões com órgãos do poder público. A programação do Intercâmbio foi um almoço com banho de rio, seguido de um jogo de futebol. O nome do time do Cumbe foi Ostras do Cumbe; o do Jardim se chamou Sururu; o de Canavieira, Siri. Essas escolhas revelavam atributos dos mariscos e crustáceos escolhidos para nomeá-las, que eram evocados, como nos contaram a nós da assessoria: a agressividade do siri, o apreço pela ostra na brasa (uma forma das quilombolas-pescadoras de prepararem esse marisco) e a importância do sururu para a economia local.

Destaco duas colocações dessa fala de abertura que considero boas para pensar sobre o que a centralidade da comida no encontro revelava sobre a vida dessas mulheres e sobre o momento em que se encontravam. Maria, uma das lideranças da comunidade do Jardim, disse enfaticamente que aquele era “um dia de comer e não de falar”, reforçando seu posicionamento dos encontros preparatórios. Enquanto Nazaré, pescadora-quilombola, refletiu que aquela rede de mulheres que ali se reunia, acionada pela conjuntura, vinha dividindo muitos momentos de dor, em que “a gente tá junta e chora junta também”, mas que seria preciso “cultivar a alegria e dividir momentos de celebração e de alimentação”.

Essas duas mulheres falavam de lugares distintos, desde suas trajetórias individuais e coletivas, mas também reunidos, o que faz pensar em semelhanças, diferenças e desafios, ao delinear a foz como recorte etnográfico, assumindo a diversidade de mulheres e territórios dos quais estamos falando. Unidas pelo modo de vida de comunidades pesqueiras, pela partilha de substâncias comuns do rio, tendo seu ritmo de vida delineado pelo horário da maré, pelos ciclos lunares, pelas chuvas e pelo movimento dos mariscos, unidas ainda na militância em movimentos sociais comuns, essa rede de pescadoras do rio Jaguaribe, que mobilizou as associações locais das três comunidades para essa agenda, teve como mote inicial o monitoramento ambiental pelos dois anos seguintes ao derramamento de petróleo.

Esse recorte delas enquanto unidade política de um rio penetrado pelo petró-



leo tinha urgência em saber sobre a contaminação das águas e do pescado. Foi puxando temas mais antigos, estendendo-se para a criação de uma plataforma política comum pela defesa dos territórios ameaçados por empreendimentos eólicos, pela carcinicultura e especulado por particulares; pela questão ambiental e fundiária a ela relacionada, como a venda de terra, a perda de espaços comuns, a diminuição do tamanho dos quintais e a necessidade de proteção; contra o racismo ambiental; por direitos trabalhistas/ previdenciários, por seguridade social e saúde e pelo tema das mudanças climáticas⁸.

Maria, mãe de dois jovens, liderança evangélica, casada com um homem, na casa dos 40 anos, tem se construído no lugar de liderança comunitária do Jardim mais recentemente. Quando tive os primeiros contatos com a comunidade em 2020, Maria estava presente nas reuniões, participava da associação local, fazia mobilizações comunitárias, participava das ações do MPP e outras agendas dos pescadores. Mas, se destacou como liderança que fazia representação da comunidade fora, em encontros de maior extensão, em reuniões com o poder público, em audiências públicas e em agendas de maior envergadura durante os anos que se seguiram. Uma dificuldade narrada por ela na mobilização das pescadoras – que ela também experimentava – era justamente que elas conseguissem equilibrar o trabalho na pesca e em casa com a militância. Maria é exímia cozinheira e planta uma diversidade de comidas no seu quintal (grãos, hortaliças, frutos, ervas) e cria porcos, o que se soma à pesca do sururu e à pesca feita pelo marido para formar a economia da casa.

Em uma agenda conjunta do Terramar com o Grupo de Pesquisa Campo, Terra e Território (NATERRA/UECE), que objetivava a construção de uma cartografia social das pescadoras, Maria calculou que pescava em uma extensão média de 40 km rio adentro. Para tanto, aprendeu a dirigir a embarcação, uma tarefa geralmente masculina, para ter mais autonomia. Ela vende o pescado em uma feira que fica a 75 km de casa. Além disso, na mesma cartografia, ela explicitou toda a cadeia que envolve a pesca do sururu na comunidade, que inicia com a saída das casas, passando pela coleta, o beneficiamento –feito em várias etapas –, o acondicionamento e a venda. Importa dizer que a pesca artesanal acontece em regime familiar, tendo os quintais e outros espaços externos coligados à casa importância por serem locais de beneficiamento, sendo, portanto, também locais de trabalho.

Considerando o grande valor do apreço pelas técnicas de pesca e pelos percursos das pescadoras de cada comunidade, era de interesse de Maria ter na programação um momento vivencial de cata que pudesse promover um intercâmbio entre elas: por isso, a coleta das ostras, fruto de seu apreço pelos saberes-fazer das pescadoras. O trabalho na pesca e em casa ocupa grande parte de sua rotina. Hoje, esse dia a dia vem sendo muito mais dividido com as tarefas de militância, em especial, mobilizações, reuniões e viagens.

Já Nazaré, mãe de um jovem, casada com um homem de idade próxima à de Maria, liderança comunitária e mulher negra, é nascida na comunidade de Canavieira, onde ainda vivem seus parentes (mãe, irmãos, primos), mas mora no quilombo do Cumbe há muitos anos, desde seu casamento. As duas comunidades

8 Formularam em colaboração com parcerias e assessorias o Projeto de Lei da Política Estadual de Desenvolvimento Socioambiental Sustentável das atividades das mulheres Pescadoras, o PL 1221/2023, em tramitação, que traz algumas sínteses dessa plataforma.



ficam a 4 km de distância e guardam laços estreitos de parentesco e históricos próximos, apesar de Canavieira não se identificar como um território quilombola. Consideram-se comunidades irmanadas. Nazaré trabalha com turismo comunitário recepcionando visitantes e ministrando aulas de campo, é pesquisadora da cultura alimentar local, virtuosa cozinheira e mantém uma agenda de militância agitada há bastante tempo. Vem atuando na Associação Quilombola do Cumbe desde seu surgimento em 2003, participando ativamente da diretoria, discutindo o processo de titulação do território quilombola, atuando também junto ao movimento quilombola (na Comissão Estadual dos Quilombos Rurais do Ceará/CERQUICE e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas/CONAQ), além dos movimentos de pescadores e de uma série de redes de caráter nacional, regional e local. Fala afiada, certa e sensível, com grande capacidade de tradução e articulação, ela é protegida do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Ceará (PEPDDH). Todas essas atividades em seu cotidiano, somadas ao trabalho doméstico na casa, têm feito com que ela e outras pescadoras do Cumbe em posição de liderança precisem restringir sua presença no rio, no mangue e na pesca em função da urgência de sua militância. Quando da inserção das chamadas e reuniões *online* na época da pandemia, a casa de Nazaré, como a de outras, também passou a ser atravessada por essa tarefa militante, frequentemente bagunçando esse espaço com aquilo que passou a ser considerado trabalho.

Essas duas mulheres traduzem o perfil de pescadoras que compõem essa articulação. Seja assumindo a fala pública, no caso de Maria, ou com saudade de uma vida mais no rio, no caso de Nazaré, a partir de entendimentos polissêmicos sobre trabalho, o que as falas traziam era sobre cansaços e mudanças provocadas no cotidiano e na própria casa na tarefa de ser militante em conjuntura tão dura. E comer no rio parece ter começado a apontar um local de confluência como forma de revitalizar essa militância ou essas militantes em um tempo mais desacelerado. O que chama atenção é que, à medida em que vão se envolvendo com a militância, há uma necessidade de: i) olhar para a própria história, reconhecer forças e reviver dores; e ii) construir um corpo que ocupa espaços públicos e faz falas públicas. Vamos olhar um pouco para isso.

Organizar-se e falar. Comer e curar

O engajamento na vida política, ou seja, tornar-se militante, aparece nos relatos com um duplo sentido: como marco de vida para retomar a própria história e fortalecer a si e os processos coletivos e, por outro lado, como um trabalho que se acumula aos demais. Porque estão na própria agenda da vida dessas mulheres muitas outras camadas que passam pela construção de sua subjetividade, pela sua existência comunitária, pela sua participação nos movimentos organizados, ocupando espaços de poder, fazendo enfrentamentos não somente com quem explora a terra, que poderia ser traduzido pela imagem do próprio Estado e do capital privado. Daí, torna-se necessário voltar-se também para dentro de casa,



para as dinâmicas das relações, matrimônios, para os companheiros de associação e movimento, para os pais, para a própria infância onde identificam elementos de um mundo racista e patriarcal.

Bia, atual presidente da Associação Quilombola do Cumbe, mãe de 6, avó, casada com um homem, também protegida do Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Ceará (PEPDDH), atuante no turismo comunitário, é exímia oradora e uma liderança experiente e consolidada entre pescadores e quilombolas. Ela disse que sentiu necessidade – ao passo que reconhecia a história da comunidade no processo de autoidentificar-se quilombola – de revisitar sua infância e renovar seu olhar sobre os sentimentos de rejeição e vergonha que trazia por pertencer a um território de mangue frequentemente associado, na escola que ficava na sede de Aracati, à sujeira, ao fedor, ao nojo. A felicidade e a liberdade que ela vivenciava no dia a dia de estar no rio, na pesca e com seus familiares começou a se confrontar com esse olhar externo negativo que ela lê pela ótica do racismo sobre seu corpo preto, fazendo com que ela tivesse dificuldade de aprendizado e tivesse ficado uma moça “acuada”, envergonhada, “barrada” em seus processos de desenvolvimento. Intimamente, acabou tomando aquele olhar externo como o que ela chama de “verdade”. Foi o seu processo de “organização”, referindo-se ao engajamento na associação, que a fez olhar para essa dor carregada e operar uma mudança: o orgulho da própria história, de sua infância, de sua vivência, na construção de “outro olhar”. Um ponto central dessa transformação foi afirmar a lama – esse elemento que estava no centro da repulsa – como elemento fértil, como berçário de vida, farto, provedor de alimento, positivando-o, a partir de suas características ecológicas, como metáfora de si. Existe uma bela canção, composta por Gigi Castro e Soraya Tupinambá para a comunidade, incorporada no cotidiano das místicas do quilombo, em encontros e reuniões, que vocaliza essa positividade e diz: “ (...) a lama negra que você não quer dar nome/Tem aratu, tem sururu, ostra do mangue/Vê se me entende, homem, o que em mim se cria/Vê se me entende é o que mata sua fome”⁹.

Em parecer antropológico sobre os conflitos internos relacionados à titulação do Quilombo do Cumbe, em curso desde 2014, Sérgio Brisac (2017) observou – frente à cisão comunitária entre aqueles que se identificavam como pescadores-quilombolas e defendiam a titulação e os que se identificavam apenas como pescadores e eram contrários à titulação – que alguns moradores consideravam que se reconhecer como quilombola era “voltar pra trás” (Brisac 2017, 11). Isso remetia a uma memória relacionada a um tempo passado considerado “difícil”, e às negativas associações que o povo do Cumbe sofreu e sofre diante de olhares externos, que são expressos nas trajetórias individuais como a de Bia. Esse movimento doloroso, mas renovador de olhar para trás dos quilombolas-pescadores foi o que os permitiu que despontassem como grupo étnico distinto ao rememorar coletivamente e a partir de pesquisa documental e histórica o tempo dos engenhos.

Entre as pescadoras, a timidez parece ser um lugar recorrente fruto desse olhar do outro, não só entre as quilombolas-pescadoras mas também entre as do Jardim e Canavieira, ao passar a frequentar esse mundo que não é só mais comuni-

9 A canção se chama Portal do Mar e pode ser escutada em <https://soundcloud.com/wforte/portal-do-mar>



tário - como ir à escola -, no encontro com a alteridade. Esse é um ponto comum. Ao lidar com o tema do acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários, como as perícias no INSS, por exemplo, é muito recorrente a queixa das pescadoras de que se elas não forem cobertas de lama, com unhas sujas, despenteadas, roupa velha, dificilmente terão seu auxílio maternidade ou doença aprovados, pela suspeita de que não exercem esse ofício da pesca. Elas identificam essa posição do órgão como que as impelindo à falta de dignidade pela não associação do seu ofício com estar limpa, bem vestida, cheirosa, maquiada, bonita.

Outro ponto comum que impediu a plena expressão delas, segundo sua leitura: estar em espaços de representação hoje, ocupando cargos associativos, participando de movimentos, concedendo entrevistas, depondo em processos judiciais, sentando-se nas mesas de audiências públicas, viajando, recebendo pessoas na comunidade, dando aulas de campo, estando em evidência. Para elas, isso seria ocupar um lugar que costuma ser mais associado aos homens, o que exigiu e exige a superação e confrontação desse lugar internamente, dentro das comunidades, dentro da família. É quando a casa surge também como lugar de silenciamento e opressão. Bia conta que o preconceito contra a mulher na luta é por serem associadas a “vagabundas” ou “desocupadas”, derivando daí processos de embate e diálogo com pessoas com quem têm relação de parentesco, amizade, vizinhança. Às vezes, processos bastante íntimos, como confrontações com os pais, os maridos e os filhos. Um processo penoso que, por vezes, operou rupturas e, por vezes, conseguiu colher frutos e transformações de percepções continuamente em processo. Para Bia, no centro desse debate está a crença machista de que a elas seria reservado apenas o trabalho do cuidado.

Isso faz lembrar a comunicação de Audre Lorde (2020), quando fala da transformação do silêncio em linguagem e ação, entendendo o silêncio como lugar em que as mulheres desviam o olhar de seus próprios medos “do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento”. Contudo, ela afirma que as mulheres temem, sobretudo, a visibilidade “sem a qual, entretanto não podemos viver, não podemos viver verdadeiramente”, movimento que depende que assumam um compromisso com a linguagem e seu poder. Nesse sentido, estar nesses espaços se constitui como desafio, mas falar se tornou uma tarefa central dentro do trabalho militante, que, por vezes, cura por poder corrigir dores que estão no passado, como um exercício de justiça. Bia fala que é muito grata por poder apresentar o território e poder contar a sua história e da comunidade para os estudantes que os visitam, porque “quando eu queria estudar, eu fui impedida”, já que “a gente sabe o quanto o patriarcado é violento e que tira sonhos, mas eu digo que sou uma professora popular”. Sua atuação no turismo comunitário e em outras ações em que toma o poder de sua fala corrige e cura a timidez do seu eu menina acuada na escola e do seu eu mulher acuada em sua comunidade. Cura, ainda, a pouca chance que teve de estudar.

Nesse processo de acompanhá-las a ocupar esses espaços, venho notando duas preparações fundamentais. Uma consiste em, nos processos de mobilização para agendas especialmente fora de casa, precisar haver conversas domésticas com



os maridos. E outra consiste em superar o medo, a timidez e todos os processos verdadeiramente fisiológicos que isso envolve (o coração acelerado, o suor, o tremor, o esquecimento), tarefa que não necessariamente cessa conforme a sua liderança vai se constituindo com mais força. Bia diz que suas falas começam com uma preparação, que ela chama de “estudo”, e que no pós, muitas vezes, se sente insegura com o que foi falado, questionando-se sobre seus erros ou escolhas para aquela locução, um processo “sofrido”, “doido” e marcado por “adrenalina”, mas superado pela necessidade de “estar lá”. Falar porque é preciso.

Chama atenção como o público e o privado, o doméstico e o político se misturam, se distinguem e se recombina, assim como nos fala Carneiro *et al.* (2024, 4). Se voltarmos à Maria, por exemplo, no processo de assumir essa fala pública e construir-se como liderança não se trata de deixar a cozinha e assumir o espaço público relacionado à política. Não é isso. Embora o trabalho de cuidado apareça circunscrito no espaço da casa e a ele coligado, é notório, inclusive, como todas as pescadoras aqui citadas são exímias cozinheiras. Antes, era perceptível como, nas agendas, Maria e as irmãs ficavam responsáveis pela organização da alimentação dos encontros e participavam pouco dos debates. Faziam e fazem almoços maravilhosos e fartos. Mas, se não lançarmos um olhar redutor sobre a cozinha e a comida, vemos que tanto Maria e as irmãs quanto Bia e Nazaré tiveram nesse espaço da cozinha e nessa tarefa de cozinhar um local de aproximação e inserção nas atividades das associações até então muito masculinas. Bia conta que, de início, ficava ali pelas “beiras”, “ouvindo”, organizando a alimentação e esse foi um espaço de formação a partir da escuta. Cozinhar e escutar. Esses distintos espaços muito marcados, o espaço da cozinha *versus* o espaço da reunião, corriam em paralelo e permitiam diferentes entradas nos debates sobre a organização comunitária, direitos territoriais e outros temas de interesse comum.

Na articulação da rede das pescadoras do Jaguaribe, ao passo que lidavam com temas como a contaminação, começaram a apontar outros caminhos metodológicos para os encontros que pudessem cuidar desse corpo militante em eterna formação, duplamente fortalecido e desvitalizado pela militância: é quando comer juntas surge como forma de regeneração e descanso da palavra dita, que, embora seja uma forma de dignificar suas existências (Cabnal 2010), cansa. Para se referir ao derramamento de petróleo, Bia trouxe o adoecimento mental como consequência. Ela considera que o petróleo as “poluiu” por dentro da “mente”, do “psicológico”. Comer juntas para fortalecer sua aliança e trazer a partilha de outras substâncias surge então quando “não é mais possível falar só em dor”, como disse Nazaré. Tais estratégias aludem às ideias de Cabnal (2010) de “regeneração” e “recuperação” do corpo como território de defesa, este que é o primeiro território, entendendo a cura como uma ação política emancipatória. Dividir a alegria e instaurar outra dinâmica de conversas na presença da comida nos provoca a entender mais sobre a “radical imaginação política”¹⁰ das pescadoras.

Importa muito perceber que, quando elas assumem essas posições de liderança sem, no entanto, deixar a comida e o cozinhar, e, pelo contrário, os trazem para o centro, parece que elas propõem implodir mais essa dicotomia da cozinha *versus*

10 Para aludir à importante publicação de Lourenço e Franco (2021).



reunião. Aqui, ao contrário, cozinhar não ocorre em paralelo ao espaço político da reunião, nem somente como mecânica de entrada para esta seara. Central nessa radical imaginação política é pensar numa militância que reconheça o cozinhar e o comer como marca do seu modo de fazer política e como parte de seu poder.

Segundo as palavras de Cabnal¹¹, “não podemos fazer a luta contra o machismo, contra o racismo, contra o neoliberalismo, contra a pandemia com corpos doentes, com corpos tristes, com corpos deprimidos. Porque uma das intenções do sistema patriarcal é que as mulheres tenham corpos infelizes”. Essa assertiva corrobora suas reflexões acerca da aliança entre corpo-território-terra, que aqui eu diria corpo-território-águas, manifestada na recuperação e defesa histórica desse corpo expropriado “para gerar-lhe vida, alegria, vitalidade, prazeres e a construção de saberes para a tomada de decisões” (Cabnal 2010, 23)¹². Ainda, segundo a feminista-autora, o corpo é o nosso primeiro território, e ele existe circunscrito em um espaço (a terra) que deve dignificá-lo e promover a vida em plenitude (idem), sendo ambos violados por violências históricas e opressivas. Portanto, são corpos curados os que podem se emancipar. No processo com as pescadoras, vejo que elas instituíram um interdito à fala sobre a política por um momento e priorizaram práticas de cuidado para o que Cabnal chamaria de “recuperação consciente” como um ato – sim – político emancipatório frente ao adoecimento.

O rio é um corpo

“Bocas”, “braços”, “suvacos”, “rêgos”, “olho” são formas de nomear partes do rio Jaguaribe. “Ferir”, “judiar”, “explorar”, “maltratar”, “abusar”, “adoecer” são verbos que as mulheres costumeiramente aplicam duplamente ao que passa ao corpo do rio e aos seus. Elas trazem verbos molhados como “barrar”, “interromper”, “arruinar”, “estourar”, “correr” quando refletem tanto sobre processos de controle patriarcal racista sobre suas vidas quanto sobre o que Cabnal chama de “caminhos de astúcia” (2010, 11) ao confrontar essa lógica através das suas ações políticas.

No rio Jaguaribe, o sururu é promotor de encontros de mulheres na foz. Sua pesca, feita majoritariamente por mulheres em vários lugares, mas preferencialmente nos braços de rio mais próximos às casas, ou seja, em um rio mais doméstico, cria um tempo-espaço de atividades femininas que se faz a partir de uma dinâmica de deslocamentos pautada pelos locais de reprodução. Onde o sururu está, estão as mulheres. O rio, considerado acessível e disponível a prover a alimentação das famílias, está ligado às ideias de “fartura”, “riqueza”, “cuidado” e “criação”. Por terem seus corpos construídos pelo que o rio deu e dá, tendo o comer como centralidade nos processos de “criar” pessoas em parceria com o rio, as mulheres desenvolvem afetos de reconhecimento, gratidão e reciprocidade que implicam também um dever, uma moralidade: de defender o rio e sua continuidade. “Território me cuida, eu cuido do território”, como fala Bia. Da mesma forma que elas reconhecem impedimentos em suas histórias de vida, também identificam formas de exploração e interrupção do corpo do rio, o que baliza sua necessidade de militância e defesa.

11 Postada em mídia social, no Instagram da Djamilia Ribeira (@djamilaribeiro, 05 de abril de 2024. <https://www.instagram.com/p/C5ZRTzRP4Z0/>).

12 No original: “para generarle vida, alegría vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones”.



Passou a me chamar muita atenção as formas de nomeação do rio. Como adianta Bia, “o rio é esse corpo”. Um corpo nomeado como o corpo humano traz à tona a dimensão do quanto nomear o território pode dizer acerca da relação que as pescadoras estabelecem com ele e com a própria história, em que o relato sobre a vivência nele – no rio, no mangue – recorrentemente aparece no ato de narrar-se. A Boca do Cumbe e a Boca da Canavieira são os acessos fluviais que ligam o tronco do rio até essas comunidades.

Já as camboas são os “braços do rio”, que ficam mais próximas às casas, se conformando um rio mais doméstico. Bia diz que as camboas foram o “que mais me alimentou na infância: as mulheres indo pescar pra janta, pro almoço, assim na hora da maré dela”. As camboas são espaços fundamentais para a pesca por abrigarem muitos mariscos, peixes e crustáceos, materializando a citada ideia de “fartura” devido à oferta de alimentação cotidiana. Ouço muito serem relacionados à facilidade ou praticidade que trazem para o sustento da família, por serem acessíveis. Uma vez, ao perguntar sobre como elas entendiam as camboas, uma pescadora fez a seguinte comparação: seria como precisar de comida, não ter em casa e ir ao supermercado comprar, na experiência urbana – sendo que o horário de funcionamento quem diz é a maré. As ilhas, como a do Mosquito, onde ocorreu Intercâmbio, fica em uma camboa de acesso tanto embarcado como desembarcado para as pescadoras do Cumbe e Canavieira, e apenas por embarcação para as do Jardim.

Quando falamos em um local de pesca farto em marisco possível de ser acessado a pé ou de bicicleta perto das áreas de moradia, o que também facilita o traslado do marisco para os quintais onde serão beneficiados, falamos em uma localidade de grande valor para as mulheres. Esses são espaços que podem acessar sem a embarcação dos homens, com os filhos, sobrinhos e netos, que, muitas vezes, as acompanham na pesca, o que oportuniza a otimização de seu tempo entre casa-rio e na cozinha, na feitura da alimentação da família.

O “cumê no mato” é uma prática tradicional do Quilombo do Cumbe de ir para as ilhas com a família e amigos para comer. Ali se monta um fogo à lenha e se desfruta do momento e do banho do rio, constituindo-se numa prática de lazer e descanso – muito parecida com o que foi escolhido para compor a programação do Intercâmbio. Frequentemente, essa prática ocorre junto aos parentes e amigos de Canavieira. Também ocorre no Jardim com o nome de “merol”.

Comidas com caldo quente são associadas pelas quilombolas-pescadoras ao sentimento de estar em casa. Mariscos ensopados no leite de coco, caldo de feijão quentinho, mingau são comidas consideradas as que de fato alimentam, sendo buscadas quando se está precisando fortificar o corpo ou aplacar a saudade. Comidas mais secas, portanto, são associadas à falta de “sustança” para a construção do vigor físico. Comer e “beber o caldo” parece ser o que traduz uma boa alimentação. O Quilombo do Cumbe e a comunidade do Jardim costumam organizar festas e momentos com pessoas e organizações aliadas para vivenciar o território e comer no mangue, inserindo essa prática costumeira em um contexto de luta política.



Quando voltamos a olhar o dia do Intercâmbio, podemos pensar: i) na importância da escolha de uma ilha e de uma camboa, identificadas como locais promotores de alimentação afinados aos deslocamentos e dinâmicas femininas; ii) na comida puxando parentes que contextualizam as pescadoras a partir das suas redes familiares que contrastam com o frequente desafio solitário da fala pública ou do percurso militante, ainda que motivados por necessidades coletivas; iii) na comida trazendo atributos aos corpos cansados, a saber, o sentimento de voltar para casa e ter força; iv) evocando a criação e manutenção da relação de aliança entre elas e para aquele projeto coletivo a partir da cossustancialidade: comer junto como ato de cumplicidade e formação de um corpo alimentado pelo mesmo; e, finalmente, v) que diferente das festas das comunidades com a presença da comida como prática costumeira inserida nos contextos da luta política, a forma das pescadoras tanto de fazer quanto de descansar da luta é que elas, como vimos, bagunçam, misturam e acentuam em um só ato, o cozinhar, comer e o militar.

Um elemento importante sobre o corpo do rio é o seu entendimento como ser “vivo”, detentor de uma “dinâmica” própria, que organiza a vida das pescadoras, dos mariscos e seus encontros. Alude à ideia de liberdade, que, no entanto, começou a ser restringida a partir da domesticação das águas das grandes obras e empreendimentos na região. Antes das obras da maior barragem do estado, o Castanhão, em 2002, e de outras barragens menores, a dinâmica da vida era pautada pelo ciclo inverno-verão. O primeiro semestre do ano era de chuvas, e as águas do rio transbordavam: eram as chamadas cheias do rio. O segundo de falta de chuva, o verão. As águas alagavam as casas na época do inverno, fazendo com que as comunidades de Canavieira e do Cumbe montassem a vila na área das dunas, que são mais altas, reproduzindo a proximidade entre casas vizinhas. Depois, retornavam para refazer as casas alagadas e vivenciar a época de retomada da pesca no rio. Essa dinâmica foi interrompida quando a construção das barragens regularizou a dinâmica das cheias e extinguiu o alagamento das vilas. Bia considera que antes, a água “era solta e corria”. Ela compreende que a dinâmica imposta pelas águas trazia desafios e dificuldades, mas que frente a um processo natural, elas aprenderam a se “adequar” e “harmonizar”.

Na década de 1990, chega a carcinicultura na foz do rio (que tem seu ciclo renovado e fortalecido nos anos 2000). A criação extensiva de camarão acontece por meio da construção de tanques instalados nas camboas. Essa atividade, além de provocar grandes conflitos fundiários, está associada a graves desequilíbrios ambientais, uma vez que utiliza substâncias químicas para extinguir outras vidas do ambiente (demais crustáceos, mariscos e peixes), inserindo uma espécie externa. A falta de fiscalização e a crescente flexibilização no licenciamento da atividade¹³ praticamente extinguem o cumprimento de condicionantes para a atividade, como a presença de bacia de sedimentação, a regulação da captação da água do rio e o tratamento de efluentes. Esta é uma atividade que gerou grande divisão nas três comunidades pela adesão de parte delas ao camarão. O grande uso de água doce e uso de sal para deixá-la em ambiente ideal para o camarão têm sido associados à salinização dos poços e do próprio rio, junto ao avanço do mar.

13 Há Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7611 tramitando no STF acerca da Lei estadual do Ceará n.º 18.436, de 25 de julho de 2023, que simplifica os licenciamentos ambientais. Há ainda o recém-aprovado no Senado PL da Devastação, que traz a legalização do autolicensingamento.



Sendo o sururu um marisco de casco mais leve e pelo seu maior valor de venda, as pescadoras do Jaguaribe preferem trabalhar com ele. Sendo uma pesca principalmente feminina, o sururu é uma importante fonte de autonomia financeira da mulher e garantidor de segurança alimentar. Ele funciona como uma moeda comunitária, porque sem ele, não há dinheiro para o bodegueiro, o topiqueiro, o comerciante. Sem o marisco, toda a economia local para. Para as mulheres, a situação é mais agravante, porque ficam muitas vezes dependentes exclusivamente de benefícios como o Bolsa Família ou impelidas a buscar trabalhos como faxineiras ou no beneficiamento de camarão. Para além da venda, que é importante, a referência de uma vida boa e de sustentabilidade da casa não é a que necessariamente passa exclusivamente pelo dinheiro. Ter sido alimentada pelo que o rio dá parece implicar um duplo reconhecimento às mães e ao rio. Às mães, porque a alimentação é uma tarefa principalmente feminina nessas comunidades, destacando-se como uma tarefa de cuidado. Esse respeito baliza a luta por manter o rio saudável, que pode ser entendida como uma reciprocidade e um compromisso ético. É como diz Nonata, prima de Nazaré, moradora da Canavieira: “Nossas mães são marisqueiras e sempre sustentaram nossas famílias com mariscos e, hoje, nós sustentamos nossos filhos”. E continua: “Se nós não cuidarmos, isso vai acabar. Como vão ficar as próximas gerações?”.

O sururu também se mostra como importante indicador ambiental para além da sua presença/ausência demonstrar níveis de salinidade da água, pois como é um ser filtrante, seu corpo consegue acumular o que ela carrega. É como se ele guardasse uma memória das águas do rio que passaram por seu corpo, não conseguindo, no entanto, se livrar de substâncias que são chamadas de bioacumuláveis (que impregnam em suas células) como os agrotóxicos, sendo possível identificar metais pesados nele mesmo quando as análises da água parecem normais. Esses são elementos que oportunizam a leitura das pescadoras acerca da “saúde” ou da “exploração” do corpo do rio, uma ação de vigilância que elas exercitam por sua presença e conhecimento acerca do território. Elas consideram essa uma tarefa de “cuidado” como “guardiãs”, observando a “textura” da água da lama, o cheiro, sabor, a dinâmica das reproduções, a cor, a relações biológicas que ali ocorrem e tantos mais parâmetros e ciclos. Esse era o sentido de cuidado a que se referiu Nonata. Mas, o território “só cuida se tiver bem”, como pontua Bia. Então, existe um entrelaçamento entre o ser cuidada e o cuidar.

Se o rio é um corpo, as pescadoras identificam-se frequentemente como natureza, como vento, como lama e como águas. Ao pensar sobre as diversas dificuldades que vêm enfrentando, elas refletem sobre processos que provocaram com que fossem “barradas”, “exploradas” e “interrompidas” em seu livre processo dinâmico de correr, assim como as águas do rio. A saúde, do rio e delas, consiste em busca por garantir o fluxo desses processos, muitas vezes em retomada, como brilhantemente nos conta Bia, associando as rupturas ao sistema patriarcal e às expectativas de gênero:

Eu tenho que correr. As águas, elas vão correndo os seus destinos, as suas



direções e se interromper tu sabe, né? Somos mulheres das águas e a gente vai nessa dinâmica, vai sendo levada pela maré e nessas águas vamos conforme o que nos faz feliz, o que nos fortalece, o que nos realiza.

Governo da terra com corpo e águas

Coadunar com o entendimento do doméstico como político (Carneiro *et al.* 2024) implica em alargar a compreensão sobre ambos. As práticas políticas das quais falamos aqui são “as atividades femininas que produzem, organizam e modulam relações” (*idem*, 4) em diversas ações cotidianas repetidas, que “existem e resistem nos interstícios do antropoceno/capitaloceno” (Belaunde e Machado 2024, 3). Elas agenciam um conjunto de entidades da “terra” que não são costumeiramente associadas à domesticidade (Carneiro *et al.* 2024, 7): o rio, a camboa, o sururu, a maré, a palavra. Além disso, importa perceber a circulação das pescadoras entre a casa-rio-espacos de militância, sendo a casa, como alude Marques (2024), uma espécie de membrana que separa fazendo contato com o mundo, sendo ambos lugares de embates e de recuperação. Na casa e no rio, as mulheres vivenciam o entroncamento de patriarcados (Cabnal 2010), e a militância é um espaço que fortalece tanto quanto desvitaliza. A necessidade de lutar se articula então à necessidade de curar.

A categoria “território corpo-terra”, que tanto capacita para compreender as pescadoras e sua conjugação com o rio, permite “relacionar os corpos com terra” (Cabnal 2015) e surge da necessidade de confrontar a incoerência política dos movimentos de luta territorial de setores críticos em defender o território-terra, mas não defender o do território-corpo das mulheres, que seguem aglutinando o somatório das opressões, ancestrais, coloniais e pós-coloniais, adoecendo em função dos patriarcados. Estes são entendidos como sistema que sustenta as violências, explorações, discriminações, expropriações sob qual vive a humanidade e a natureza, fundados historicamente sob o corpo sexuado das mulheres (Cabnal 2010). Essa “unidade relacional” – território corpo-terra e águas – não é suscetível à parcialização. A relação com a natureza aparece como uma relação integradora, recíproca, que faz “a vida” (*idem*), sendo uma relação uma relação de afeto (Cabnal 2015), capaz de prover energia para revitalizar corpos a partir da relação com a terra e águas e com a pluralidade de existências.

Entregar os corpos às lutas territoriais, cuidando da terra enquanto adoecem se tornou uma “incoerência feminista” (Cabnal 2018) a ser enfrentada. Ela provoca uma aproximação das curas ancestrais que sustentam ante as resistências (*idem*). Esse projeto político que é pessoal, mas coletivo, de recuperação e defesa histórica, objetiva gerar “vida, alegria, vitalidade, prazeres” e saberes em um espaço que dignifica a existência e promove a vida em plenitude, como nos instruiu Cabnal (2010, 23).

Se não é possível separar corpo de terra, é urgente perceber que falar sobre o *governo da terra* a partir desse recorte das pescadoras do rio Jaguaribe é falar em



ações acontecidas em um espaço com pouca ou nenhuma seguridade territorial do ponto de vista estatal ou institucional. Elas defendem um tipo de seguridade fundado no direito à dinâmica – atributo das águas – de mover, correr, mudar, expandir, retrain, vazar, encher, que possa conferir direitos territoriais às comunidades feitas de terra e águas; à sua existência como mulheres livres; e, de modo muito profundo, ao próprio rio e ao seu direito de existir.

Do ponto de vista da luta fundiária, o quilombo do Cumbe, desde 2014, peleja pela titulação junto ao INCRA – um processo moroso, burocrático e ameaçado por ações judiciais movidas pelas partes contrárias à titulação. Importa destacar que existem perdas significativas na delimitação da área a ser titulada que acabou por não contemplar a praia onde está instalado um parque eólico da CPFL Energias Renováveis.

Canaveira tem um pedido aberto junto à Superintendência de Patrimônio da União (SPU) de um Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) que contempla a área da vila e algumas áreas continentais comuns, como as dunas. Esse processo não tem avançado junto por questões complexas, como a falta de pessoal para realizar os trabalhos técnicos, a subjetividade do gestor como elemento central na interpretação da norma, a falta de coordenação entre órgãos.

Jardim tem um litígio de terra em curso entre comunidade e o dito “dono” de parte da área continental que ameaça importante área de beneficiamento do sururu. De todos esses processos de tentativa de proteção territorial, parte fundamental do território acaba escapando das formas institucionais de pensá-lo, tendo relevo concluir como é significativa a limitação de grande parte dos operadores do Estado em conceber o território pesqueiro, ignorando as águas que também precisam de proteção¹⁴. Ainda assim, resiste na vida vivida no rio Jaguaribe, *governo da terra e das águas*, em que o rio é elemento agregador, funcionando como lugar dos comuns.

14 Ver Projeto de Lei de Iniciativa Popular construído pelo Movimento de Pescadores/as Artesanais (MPP), que sistematiza o entendimento das comunidades pesqueiras sobre seu território contemplando as águas. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1PIS-DxF7_NiWwONbm8aMB_MRq-5TWUmj7b/view



Sobre a autora

Ana Luísa Nobre

Cientista social formada pela Universidade Federal do Ceará (2013), mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Sergipe (2017) sou educadora popular e feminista, atuando desde 2009 junto a populações costeiras em busca de justiça ambiental e fundiária. Tenho colaborado com processos organizativos de pescadores e quilombolas, em especial na assessoria às mulheres pescadoras na luta por equidade de gênero, contra o racismo ambiental, pela defesa do território e por vida boa e digna.

E-mail: lisboanobre@gmail.com

Contribuição da autora

A autora foi responsável pela investigação e pela redação do texto.

Declaração sobre disponibilidade de informações

Os conteúdos subjacentes ao texto não estão disponíveis em repositórios de dados abertos.

Editora Chefe

Kelly Silva (<https://orcid.org/0000-0003-3388-2655>)

Recebido em 17/02/2025.

Aprovado para publicação em 06/07/2025 pela editora Kelly Silva (ORCID: 0000-0003-3388-2655)



Referências

- Agência Petrobras. 2024. “Petrobras descobre petróleo em águas ultraprofundas da Bacia Potiguar”. *Agência Petrobras*, 9 abr. 2024. <https://agencia.petrobras.com.br/w/negocio/petrobras-descobre-petroleo-em-aguas-ultra-profundas-da-bacia-poti-guar>
- Belaunde, Luisa Elvira, e Renata Machado. 2024. “Nos caminhos da lama: diálogos entre oleiras e marisqueiras através das fronteiras etnográficas sul-americanas”. *Revista de Antropologia* 67, nº 1: 1–24. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.210461>.
- Brisac, Sérgio. 2017. *Parecer técnico nº 3/2017*. Brasília: Ministério Público Federal, Secretaria de Apoio Pericial (SEAP), 18 de janeiro de 2017.
- Brito, Anderson. 2023. “Rio Jaguaribe, das entradas aos açudes: a guerra como fundamento da formação territorial do Ceará”. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco.
- Cabnal, Lorena. 2010. “Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala”. In *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*, editado por Lorena Cabnal e ACSUR–Las Segovias. Madrid: ACSUR–Las Segovias.
- Cabnal, Lorena. 2015. “A recuperação do corpo como território de defesa”. Entrevista com Lorena Cabnal. *Revista Geni* 26. <https://revistageni.org/10/a-recuperacao-do-corpo-como-territorio-de-defesa/>
- Cabnal, Lorena. 2018. “TZK’AT, Red de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario desde Iximulew-Guatemala”. *Ecología Política*. <https://www.ecologiapolitica.info/?p=10247>.
- Carneiro, Ana, Dybe Ayoub, Márcia Nóbrega, e Grazielle Dainese. 2024. “Apresentação do dossiê”. *Revista de Antropologia* 67, nº 1: 1–16. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.175098>.
- Costa, Alexandre, Anatarino da Costa, José Carneiro Neto, Vanda Claudino-Sales, e João de Moraes. 2020. “Expedição científica ao alto curso do Rio Jaguaribe, Estado do Ceará: identificação da exata nascente do possivelmente maior rio efêmero do mundo”. *Caderno de Geografia* 30, nº 63: 956–74. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n63p956>
- Das, Veena. 1995. *Critical events: an anthropological perspective on contemporary India*. Oxford: Oxford University Press.
- Faustino, Cristiane, Soraya Tupinambá, e Elena Meirelles. 2023. *Impactos e danos socioambientais da energia eólica no ambiente marinho-costeiro no Ceará*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Instituto Terramar.
- Furtado, Fabrina, e Carmen Andriolli. “Mulheres atingidas por megaprojetos em tempos de pandemia: conflitos e resistências”. *Estudos Sociedade e Agricultura* 29, nº 1: 66–93. <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-6>
- Gomes, Camila Batista Silva. 2023. “As pescadoras artesanais do Sítio Jardim e seus territórios de trabalho e vida no contexto do desastre do derramamento de petróleo no Rio Jaguaribe-Ceará”. Dissertação de mestrado, Fundação Oswaldo Cruz.
- Gorayebé, Adriane, Christian Brannstrom, e Antônio Jeovah Meirelles, orgs. 2019. *Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil*. Fortaleza: Edições UFC.



- Krenak, Ailton. 2022. “Saudações ao rio”. In *Futuro ancestral*, 9–24. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lorde, Audre. 2020. “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”. In *Irmã outsider: ensaios e conferências*, traduzido por Stephanie Borges, 29–35. Belo Horizonte: Autêntica.
- Lourenço, Ana Carolina, e Anielle Franco, orgs. 2021. *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras; Fundação Rosa Luxemburgo. <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacaopolitica-2021.pdf>.
- Marques, Alinne Bonetti. 2024. “Transversalidades, descentramentos e inquietações”. *Revista de Antropologia* 67, nº 1: 1–18. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.206680>
- Martínez, Silvia Alicia, e Luceni Hellbrandt. 2019. “Mulheres na atividade pesqueira no Brasil: uma introdução”. In *Mulheres na atividade pesqueira no Brasil*, organizado por Martínez, Silvia Alicia, e Luceni Hellbrandt, 9–20. Campos dos Goytacazes: EDUENF.
- Nascimento, João. 2014. “Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental”. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará.
- Paim, Elisângela, e Fabrina Furtado. 2024. “Mujeres afectadas por el capitalismo extractivo en Brasil: el caso de las comunidades de la cabecera y desembocadura del río Jaguaribe en Ceará”. In *Feminismos ecoterritoriales en América Latina: cuidar, crear, re-existir*, organizado por Paulina Droguett e Maristella Svampa. Buenos Aires: Fundación Rosa Luxemburgo.
- Rigotto, Raquel, Ageo Mário Cândido da Silva, Marcelo Firpo de Souza Porto, Islene Veras Rosa, e Ada Ávila Assunção. 2013. “Tendências de agravos crônicos à saúde associados a agrotóxicos em região de fruticultura no Ceará, Brasil”. *Revista Brasileira de Epidemiologia* 16, nº 3: 763–73. <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/hmYrvFwdY4WL-b5ZNPR68cjbv/?lang=pt#>
- Silva, Regina. 2024. “Cartografia social do mar do Ceará: perspectivas da pesca artesanal e os potenciais conflitos com a energia eólica *offshore*”. Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará.
- Svampa, Maristella. 2019. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Traduzido por Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante.